

As comunas socialistas da Venezuela: política e produção material sob o controle dos trabalhadores associados

NATALIA SCARTEZINI RODRIGUES*

Resumo: A teoria socialista e as experiências de socialismo real demonstram que a busca pelo socialismo não deve negligenciar a erradicação de dois aspectos fundamentais do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o trabalho assalariado. Assim, formas de auto-gestão política e de trabalho associado sob o controle dos trabalhadores organizados são de vital importância para vislumbrarmos modificações da forma de produção e sociabilidade capitalistas. Neste sentido, a experiência das Comunas na Venezuela merece atenção especial. Segundo o governo, elas foram criadas para constituírem formas de auto-gestão produtiva e política pelos trabalhadores organizados. Possuem um aparato institucional próprio, bem como empresas de propriedade comunal – mantidas sob o controle dos trabalhadores associados e cujos excedentes são completamente revertidos em prol da própria comunidade. São experiências ainda incipientes, mas que parecem possuir uma imensa pertinência histórica ao instituírem formas de organização política e de propriedade dos meios de produção distintas das dominantes. Neste trabalho, buscaremos mostrar alguns aspectos das Comunas Socialistas da Venezuela Bolivariana e sua pertinência para o movimento revolucionário.

Palavras-chave: Comunas, Socialismo, Estado, trabalho assalariado, Venezuela.

Abstract: The socialist theory and the experiences of real socialism show that the search for socialism must not neglect the eradication of two fundamental aspects of the sociometabolic capital system: the state and wage labor. Therefore, forms of political self-management and associated labor under the control of organized workers are of vital importance to discern modifications in the capitalist form of production and sociability. In this sense, the experience of the communes in Venezuela deserves special attention. According to the government, they were build to construct forms of productive and political self-management by organized workers. They have an institutional structure of their own, as well as communal property companies – held under the control of associated workers whose surplus is completely reverted in favor of the community. They are still incipient experiences, but they seem to have an immense historical relevance because they establish forms of political organization and ownership of the means of production, different from the dominant ones. In this paper, I attempt to show some aspects of the Communes Socialist Bolivarian Venezuela and its relevance to the revolutionary movement.

Key words: communes, Socialism, State, wage labor, Venezuela.



* **NATALIA SCARTEZINI RODRIGUES** é Docente da Universidade de Cuiabá (UNIC), unidade de Rondonópolis/MT. Cientista Social e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Araraquara/SP.

1. Introdução

Muito se tem dito a respeito da Revolução Bolivariana na Venezuela. Porém, nenhuma ou pouquíssima atenção foi dedicada à principal conquista deste movimento revolucionário. Trata-se de instâncias de auto-gestão política e produtiva sob controle dos trabalhadores associados, em construção desde pelo menos meados de 2008: as chamadas Comunas Socialistas.

As Comunas são espaços territoriais que aglutinam ambas as esferas de auto-gestão, ou seja, são experiências que concretizam a aclamada utopia de superação do Estado burguês e do trabalho assalariado. Carregam em si o cerne de qualquer teoria revolucionária: a ideia de que os trabalhadores podem ter as rédeas de seu destino nas próprias mãos, sem a mediação dos políticos profissionais e sem serem apartados dos frutos do seu trabalho. Há, desta maneira, uma síntese entre as esferas da política e da produção material.

As Comunas vem sendo criadas de maneira sistemática desde que sua proposta veio à tona. Porém, sua semente foi plantada com a criação de organizações populares locais desde 2002, cujo foco era a implantação de projetos comunitários de maneira coletiva, com decisões tomadas via instâncias de democracia direta.

Por isto, dividimos este artigo da seguinte maneira: primeiramente faremos uma breve descrição da principal organização popular local (os Conselhos Comunais) e de sua experiência particular de democracia-direta. Em um segundo momento entenderemos como esta organização foi combustível para a emersão de instâncias inovadoras que agregam à auto-gestão política um elemento

fundamental para a superação do sistema sociometabólico do capital: o controle dos meios de produção pelos trabalhadores associados.

2. Conselhos Comunais e democracia direta

Desde a promulgação da Constituição de 1999 a Venezuela vem impulsionando a criação de instâncias de democracia direta ou auto-gestão política. Ou seja: desde 1999 o Estado venezuelano vem criando condições para a criação, consolidação e difusão de experiências que gradativamente passaram a assumir o controle e as funções do Estado burguês.

É o caso, por exemplo, dos Conselhos Comunais (CCs). Os CCs são organizações populares locais onde os moradores de um determinado *barrio*¹ reunidos em Assembleia, definem as prioridades de sua comunidade (como construção de escolas, acesso à água, etc.), e, subdivididos em Comitês de Trabalho, elaboram um projeto para o enfrentamento de seus problemas coletivos, o executam e o controlam. Cada membro do CC é eleito em Assembleia, possui mandato revogável e de dois anos, e não possui remuneração.

Nos CCs as decisões são tomadas em Assembleia, instância que busca superar a democracia representativa e a tarefa individual de depositar um voto em uma urna, através de discussões sistemáticas, da busca pelo consenso e da construção de um coletivo político que seja capaz de deliberar conjuntamente, sem a mediação dos políticos profissionais.

Ramón Casanova (2009) considera que os CCs são instâncias que “sintetizam

¹ *Barrios* são os bairros pobres da Venezuela, equivalentes no Brasil às favelas. Os bairros ricos, em contrapartida, são chamados de *urbanizaciones*.

valores, práticas e modos de gestão” que “potencializam a construção de identidades e âmbitos de aprendizagem participativas” de maneira a repensar “toda a arquitetura do Estado venezuelano” a partir de construções político-sociais históricas pautadas na referência local. (CASANOVA, 2009. p. 64). Segundo Casanova, “ainda e com todas as dificuldades e resistências, tais instituições vêm interiorizando uma concepção de autogoverno que favorece um **salto na subjetividade política das massas populares**”. (Ibidem. p. 71 – grifos meus).

Concordamos com o argumento de Ramón Casanova quando este afirma que a experiência dos CCs tem grande potencialidade para gerar um salto na subjetividade das classes trabalhadoras venezuelanas, pois esta experiência faz parte de um movimento que vem fazendo com que estas classes interiorizem um espectro ideológico onde a democracia direta possui centralidade para a construção de uma nova sociedade.

Assim, os CCs estão imbricados em um ponto fundamental para o desenvolvimento da Revolução Bolivariana: a busca pela superação da democracia representativa burguesa. De acordo com o governo bolivariano, os CCs são uma “*nueva forma de Estado, de gobierno, una nueva forma de sociedad que se está construyendo*” (R. B. de VENEZUELA, 2007. p. 11), onde se discute a “*la necesidad de dar un salto y de trascender hacia el sistema de gobierno comunal*”. (Ibidem. p. 9).

Percebemos através da disseminação dos CCs e da importância política que a eles vem sendo atribuída, que a democracia participativa e protagônica²

² Democracia participativa e protagônica é como o movimento bolivariano denomina o processo

– ainda que esta esteja longe de rechaçar a democracia representativa – atualmente atribui importância crucial às instâncias de desenvolvimento da democracia direta. A superação definitiva da democracia representativa é um processo de longa gestação. Porém, suas sementes foram lançadas e reside neste fato a importância da experiência dos Conselhos Comunais na Venezuela.

Todavia, a alteração da ordem vigente não foi delegada apenas aos CCs. Estes fazem parte de uma nova estrutura institucional – ou o que o governo chama de *Nueva Geometría del Poder* – que é composta por uma experiência mais abrangente: as Comunas Socialistas.

As Comunas são novas delimitações territoriais onde a organização política, a administração institucional e a produção material ficam sob o controle da comunidade organizada. As Comunas são pensadas justamente para aglutinar e fortalecer todos os esforços de organização e auto-gestão das classes trabalhadoras na Venezuela.

3. O que são as Comunas Socialistas da Venezuela?

As Comunas Socialistas além de contarem com instâncias de auto-gestão política também constroem formas de **auto-gestão produtiva**, em unidades socioprodutivas sob o controle dos trabalhadores associados. Assim, ao fomentarem a ideologia socialista, ao assumirem as funções políticas e administrativas do Estado e ao delegarem a propriedade e o controle dos meios de produção material aos trabalhadores, as Comunas emergem

de transformação das esferas e do fazer democrático na Venezuela, como a radicalização da democracia representativa e a criação de instâncias de democracia direta.

como a instância mais desenvolvida da Revolução Bolivariana, apesar de seu caráter incipiente.

Desde a promulgação da Constituição de 1999 o movimento bolivariano vem numa toada de construção e fortalecimento das instâncias de organização popular na Venezuela. Os Conselhos Comunais surgiram em 2002, porém a idéia das Comunas veio à tona pela primeira vez dentro do pacote de reformas na Constituição proposto em 2007. Entretanto, a primeira regulamentação para as Comunas é a Lei Orgânica das Comunas, de dezembro de 2010.

Na Lei Orgânica das Comunas ficou estabelecido que estas devem ter como finalidade: a) desenvolver e consolidar o **Estado Comunal** como expressão do Poder Popular e base para a construção de uma sociedade socialista³; b) conformar o **autogoverno** para o exercício direto de funções na elaboração, execução e controle da gestão pública; c) promover a articulação e integração com outras Comunas; d) impulsionar o desenvolvimento e consolidação da **propriedade social**; entre outros. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. - Artigo 7º - grifos meus).

A formação das Comunas é definida a partir da seguinte lógica: as Comunas são territórios determinados pela afinidade cultural, histórica e política de sua população. São espaços territoriais

³ Segundo o governo, o Estado Comunal a ser construído deverá ser a forma político-social, cuja célula fundamental seja a Comuna, “*en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de los autogobiernos comunales, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno y sustentable, que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y venezolanas en la sociedad socialista*”. (R. B. de VENEZUELA, 2010b. p. 8 – grifos meus).

que não são necessariamente equivalentes aos bairros, nem mesmo estão circunscritos aos limites político-territoriais das cidades e/ou dos Estados. São compostos sem se prenderem às delimitações já existentes, e sim considerando os traços em comum que unem a população que ali vive, de maneira a fortalecer seus vínculos político-culturais. Esta delimitação territorial não é realizada por instâncias do governo. Quem determina a territorialidade da Comuna são seus habitantes em potencial, mediante Assembleia. Após esta determinação coletiva é dado prosseguimento ao reconhecimento por parte do Poder Público das Comunas como entes da Federação para assim conquistarem autonomia política e institucional, possibilitando a captação de verbas dos Estados, Municípios e Federação, bem como aquelas advindas do sistema sócio-produtivo comunal.

De acordo com a Lei Orgânica das Comunas, após o reconhecimento institucional da Comuna são criadas suas instâncias administrativas. De maneira bastante resumida, a estrutura administrativa de uma Comuna é composta pelas Empresas de Propriedade Social⁴ e pelos Conselhos Comunais do território abarcado pela Comuna.

De acordo com a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal de dezembro de 2010, o sistema econômico da Comuna deve visar a “*producción, distribución, intercambio y consumo de bienes y servicios, así como de saberes y conocimientos, en pro de satisfacer las necesidades*

⁴ As Empresas de Propriedade Social são de dois tipos: direta e indireta. No primeiro caso, a propriedade e controle da empresa ficam a cargo dos trabalhadores associados. O segundo caso trata-se de estatais.

*colectivas y reinvertir socialmente el excedente*⁵, mediante una planificación estratégica, democrática y participativa”. (R. B. de VENEZUELA, 2010c. - Artigo 1º - grifos meus). Este sistema econômico comunal é, segundo esta mesma lei, um conjunto de relações de produção, distribuição, intercâmbio e consumo desenvolvidas pelos entes do Poder Público e\ou do Poder Popular através de organizações socioprodutivas sob regime de propriedade social comunal, estando fundamentado na não hierarquização de funções e cargos e orientando-se “*hacia la eliminación de la división social del trabajo propio del modelo capitalista*”. (Ibidem. Artigo 6º - grifos meus).

4. Considerações finais

A construção das Comunas Socialistas é o momento onde os esforços e as experiências de mobilização e organização dos trabalhadores venezuelanos assumem um novo horizonte: a necessidade de superar o modo de produção capitalista através da consolidação de um modelo alternativo de produção material. Ainda que as empresas de propriedade social e o próprio sistema econômico comunal possuam atualmente pequena relevância no montante de riqueza produzido no país e ainda que o sistema capitalista de exploração do trabalho continue existindo, não é possível negligenciar o

avanço que tal proposta traz para o momento histórico atual. Hoje o controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores associados, sob o regime de propriedade social, é uma realidade em construção no país. É uma experiência que vem ganhando amplitude, concreção e força política ao longo dos últimos anos, tal qual a própria experiência das Comunas. A construção de instâncias de auto-gestão produtiva faz parte de um processo de atribuição de funções de comando e direção às comunidades organizadas, iniciado com as experiências de auto-gestão política.

O que notamos em termos de auto-gestão política é que o movimento bolivariano se propôs a semear desde 2002 novas formas de organização política que carregam consigo a ideia de que é possível criar distintas maneiras de administração e gestão pública, que estejam sob o controle das comunidades organizadas. É o que entendemos como uma forma ofensiva do movimento de massas lidar com as instituições herdadas do passado; uma maneira de se relacionar com estas instituições que traz à tona a necessidade de erradicá-las.

Porém, a erradicação completa do Estado burguês é um processo cujo tempo de gestação é longo e que se encontra, notadamente, em fase embrionária. É necessário amadurecer o processo, para que neste percurso seja possível ocorrer aquilo que Álvaro García Linera (2010) chamou de “desconstrução da estatalidade”.

García Linera ressalta que a superação do Estado, não é “como um simples fato de vontade ou de direito”, mas sim um “longo processo de desconstrução da ‘estatalidade’ em sua dimensão ideal, material e institucional na própria sociedade”. (GARCÍA LINERA, 2010. p. 27). Ou, o que Friedrich Engels

⁵ De acordo com a *Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal* de 2010, “*reversión social del excedente*” significa: “*El uso de los recursos remanentes provenientes de la actividad económica de las organizaciones socioprodutivas, en pro de satisfacer las necesidades colectivas de la comunidad o la comuna, y contribuir al desarrollo social integral del país*”. (Artigo 6º). Para realizar o “investimento social dos excedentes”, as organizações socioprodutivas deverão criar um fundo, que será mantido a partir do depósito de todos os recursos excedentes.

configurou como criar as condições sociais para “remover de si todo esse entulho estatal”. (ENGELS, FRIEDRICH. In: MARX, 2011. p. 197).

O movimento bolivariano carrega consigo algo que à primeira vista pode parecer uma contradição: um movimento de centralização das políticas sociais e do sistema produtivo do país (através do fortalecimento das empresas estatais) no Estado e outro movimento de delegação por parte deste próprio Estado de suas funções aos trabalhadores organizados.

Segundo o governo bolivariano:

En este ámbito de la lucha contra la dominación política en la etapa de transición, necesitamos un Estado fuerte que vaya asumiendo progresivamente diversas esferas de la economía y la vida social y cultural. La lucha contra la dominación política requiere del Estado para el apalancamiento del poder popular y garantizar que la nueva institucionalidad se consolide bajo el signo de la participación popular, de nuevas organizaciones marcadas por la comuna y los consejos de los diferentes sectores sociales (trabajadores, estudiantes, mujeres, indígenas, etc.). Surgirá así un nuevo Estado socialista dirigido por y al servicio del pueblo, que terminará por desplazar el viejo Estado burgués. (R. B. de VENEZUELA. 2010a. p. 106-107 – grifos meus).

Guilherme Caviasca (2007) discorre a respeito do Estado venezuelano:

Las recientes propuestas de poder comunal esbozadas por Hugo Chávez e impulsadas por los sectores revolucionarios del chavismo abren un universo práctico de perspectivas interesantes en torno a la construcción de poder popular y su

relación con el Estado. Deberíamos pensar este proceso en su dinámica como una transición. Lo viejo y lo nuevo está en disputa. Lo sorprendente es que dentro de las viejas instituciones (Ejército, Poder Ejecutivo, Parlamento, etc.) se impulsa (o al menos no se impide) el desarrollo de instituciones que en perspectiva deben reemplazar a las existentes. (CAVIASCA, 2007. p. 59-60 – grifos meus).

Aldo Casas (2007), por sua vez, alerta que o processo revolucionário não pode prescindir de um certo tipo de Estado para “reorganizar la producción y transformar las relaciones económicas y sociales”, mas que é fundamental que o movimento revolucionário não permita que este Estado se transforme em “nuevo Leviatán erigido sobre la sociedad como un poder separado y autónomo”. (CASAS, 2007. p. 139-140). Cabe, portanto, ao movimento de massas, aos trabalhadores organizados, a tarefa de consolidar suas instâncias de mobilização e intervenção política e assumirem as funções do Estado, evitando que este se transforme em um “novo Leviatã” e que todo o processo até hoje construído se perca.

Karl Marx já alertava para a dificuldade do processo revolucionário, para a dificuldade de passar pelas diferentes fases da luta de classes a fim de erradicar a velha ordem burguesa e fazer emergir uma nova sociedade. O autor afirmava que “as classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classes”, sabem também que:

a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas **uma**

nova organização da produção (...) e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas [as classes trabalhadoras] sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. (...) Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela **forma comunal de organização política** e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano. (MARX, 2011. p. 131-132 – grifos meus).

Ao que nos parece, são as Comunas as maiores detentoras da potencialidade para o avanço do processo em curso na Venezuela. Eis a proposta bolivariana: atividades produtivas sob o comando dos trabalhadores associados, cujos excedentes devem ser investidos no desenvolvimento da própria comunidade, sem extração de mais-valia, dentro de um território político dotado de autonomia e também regulado e administrado pelos trabalhadores; ou seja, busca-se realizar a **reconciliação da esfera da produção com a esfera da política sob o controle do movimento revolucionário das classes trabalhadoras**. Proposta que se aproxima muito daquilo que István Mészáros tratou como uma “reconstituição da unidade da esfera material reprodutiva e política”, que seria, segundo o autor, “a característica essencial do modo socialista de controle do metabolismo social”. (MÉSZÁROS, 2006. p. 104).

Ainda segundo Mészáros:

Para o nosso contexto atual, a verdade interna revela-se como a necessidade de reestruturação radical da própria política, pela qual a realização dos objetivos

econômicos socialistas tornam-se, pela primeira vez, factíveis como um todo. (...) O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é **fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado** durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita **conjugação** com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária precondição. (MÉSZÁROS, 2009. p. 90 – grifos meus).

Ainda que a experiência das Comunas seja incipiente, sua existência surge como a efetivação de um longo processo de mudanças através da consolidação de reformas efetivamente estruturais, cuja proposição toca em dois dos três pés de sustentação do sistema sociometabólico do capital: o Estado e o trabalho assalariado. E por este motivo é uma proposta que parece fomentar a “democracia substantiva”, ou seja, uma “atividade autodeterminada dos produtores associados tanto na política como na produção material e cultural” (MÉSZÁROS, 2002. p. 849), através da reconciliação entre ambas as esferas.

Fica como imperativo histórico para o movimento bolivariano criar as condições necessárias para que a experiência das Comunas possa se expandir e se fortalecer, a fim de superar os padrões burgueses de produção material e de sociabilidade.

Referências

CASANOVA, RAMÓN. **Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista.** In: BORGES, LILIAM FARIA PORTO; MAZZUCO, NEIVA GALLINA. (orgs). **Democracia e políticas sociais na América Latina.** São Paulo: Xamã, 2009.

CASAS, ALDO A. **Actualidad de la revolución y poder popular.** In: MAZZEO, MIGUEL; ACHA, OMAR; *et. al.* (orgs.). **Reflexiones sobre el Poder Popular.** Colección Realismo y Utopía. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

CAVIASCA, GUILHERMO M. **Poder Popular, Estado y revolución.** In: MAZZEO, MIGUEL; ACHA, OMAR; *et. al.* (orgs.). **Reflexiones sobre el Poder Popular.** Colección Realismo y Utopía. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

GARCÍA LINERA, ÁLVARO. **A construção do Estado.** Dossiê Teorias do Estado na América Latina hoje. In: Revista Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, nº 15, nov. 2010. p. 25-31.

MARX, KARL. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

R. B. de VENEZUELA. **Documentos Fundamentales: Libro Rojo PSUV.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010a. Disponível em www.minci.gob.ve

_____. **Ley orgánica de las Comunas.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010b.

_____. **Ley orgánica del sistema económico comunal.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010c.

_____. **Consejos Comunales: combustible de los cinco motores constituyentes.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007. Disponível em www.minci.gob.ve